****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,95, Ano 67 sábado**

**21 de Maio de 2022**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 61.311, DE 20 DE MAIO DE 2022**

Regulamenta a Lei nº 17.577, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre o Programa Requalifica Centro no que tange à aprovação dos pedidos de requalificação de edificações (Retrofit) na região central da Cidade de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentada, nos termos deste decreto, a Lei nº 17.577, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre a requalificação urbana do Centro de São Paulo, especificamente no que tange aos seguintes incentivos urbanísticos e tributários para requalificação de edificações na região central, observadas as condições previstas na citada lei e neste decreto:

I – a simplificação do processo de aprovação da requalificação e instituição do Regime Especial de Atendimento Prioritário – REAP para os processos de requalificação, nos termos do artigo 22 deste decreto;

II – o incentivo de serem consideradas não computáveis as áreas acrescidas destinadas à acessibilidade e à melhoria das condições de segurança de uso, higiene e salubridade da edificação, para efeito de cálculo de coeficiente de aproveitamento e da taxa de ocupação;

III – a possibilidade de ocupação de faixas de recuo e avanço sobre passeio público para melhoria das condições de acessibilidade, segurança de uso, higiene e salubridade da edificação;

IV – o incentivo de área não computável para áreas destinadas à instalação de usos não residenciais nos pavimentos térreo e cobertura do edifício requalificado;

V – a permissão de implantação de saliências e terraços, sem ser considerado alteração de volumetria, nem computada no cálculo da taxa de ocupação, nos termos do artigo 10 deste decreto;

VI – a dispensa de pagamento de contrapartida financeira em caso de mudança de uso da edificação existente para novo uso permitido na legislação;

VII – a possibilidade de permuta entre áreas computáveis e não computáveis, em função do projeto de requalificação, no tocante às áreas construídas originalmente existentes, com dispensa de contrapartida financeira para a eventual área computável acrescida;

VIII – a permissão de demolição de até 20% (vinte por cento) da área total construída da edificação cumulada com a possibilidade de reconstrução das áreas demolidas, para fins de alcance dos parâmetros originais da edificação, sem o pagamento da respectiva contrapartida financeira;

IX – o incentivo de serem consideradas não computáveis as áreas construídas internamente ao edifício requalificado, destinado à categoria de uso residencial ou à instalação de equipamentos de cultura, de promoção pública ou privada, e de equipamentos de educação e de saúde de promoção pública;

X – a dispensa do atendimento à fachada ativa, à doação de área para fins de alargamento da calçada, à fruição pública, à taxa de permeabilidade, à quota ambiental e à cota-parte máxima de terreno por unidade habitacional;

XI – a dispensa da oferta de vagas para estacionamento de veículos e possibilidade de dispensa de vaga para carga e descarga, nos termos do artigo 15 deste decreto;

XII – a dispensa de quota ambiental para requalificação com alteração de área construída até 20% (vinte por cento) e possibilidade de dispensa nas hipóteses específicas disciplinadas no § 2º do artigo 16 deste decreto;

XIII – a dispensa de autorização dos órgãos de preservação do patrimônio histórico municipal para intervenções realizadas em edificações não tombadas situadas em área envoltória de bens tombados, desde que não impliquem em alterações nas fachadas externas e respectivas coberturas, bem como da alteração de volumetria em até 20% (vinte por cento);

XIV – remissão dos créditos do Imposto Predial e Territorial

Urbano – IPTU para as edificações de uso residencial objeto da requalificação;

XV – isenção do IPTU nos 3 (três) primeiros anos, ou pelo prazo de 10 (dez) anos, a depender da localização do imóvel, após a requalificação, para os imóveis residenciais;

XVI – redução do IPTU pelo prazo de 5 (cinco) anos após a isenção de que trata o inciso XV deste artigo;

XVII – redução para 2% (dois por cento) na alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS relativo aos serviços de construção civil incidente sobre a requalificação para uso residencial;

XVIII – isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens

Imóveis “Inter Vivos” – ITBI aplicável a imóveis que serão objeto de requalificação para uso residencial;

XIX – isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos;

XX – isenção das taxas e emolumentos referentes ao processo de licenciamento.

Parágrafo único. Poderão ser objeto de requalificação no âmbito do Programa Requalifica Centro as edificações que estejam compreendidas no perímetro de que trata o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 17.577, de 2021, bem como que atendam aos critérios previstos no artigo 3º deste decreto.

Art. 2º Considera-se requalificação, para os fins deste decreto, as intervenções a serem realizadas em edificações existentes, que respeitem, concomitantemente, os seguintes parâmetros:

I – intervenções que visem a adequação, a recuperação e a modernização da edificação por meio da atualização de seus sistemas prediais e operacionais;

II – intervenções que envolvam a edificação em sua integralidade;

III – intervenções que demandem o licenciamento de atividades edilícias, vedadas as ações voltadas exclusivamente à manutenção dos sistemas prediais e operacionais.

§ 1º A requalificação por meio das intervenções referidas no “caput” deste artigo poderá ser realizada com ou sem aumento de área construída internamente à edificação original, estando possibilitada a mudança de uso.

§ 2º Poderá ser dispensada a integralidade exigida no inciso II do “caput”, caso fique demonstrada, conforme parâmetros a serem fixados por portaria da Secretaria Municipal de Licenciamento e Urbanismo, que a porção da edificação não incluída na requalificação já esteja modernizada e em plenas e boas condições de uso.

§ 3º Os proprietários ou possuidores e o respectivo responsável técnico deverão apresentar, no protocolo do pedido de requalificação formulado nos termos do artigo 17 deste decreto, declaração devidamente assinada, pela qual se responsabilizam pela adequação do projeto ao previsto no “caput” e nos § 1º e § 2º deste artigo.

Art. 3º Poderão ser requalificadas no âmbito do Programa

Requalifica Centro, as edificações existentes anteriormente a 23 de setembro de 1992 ou licenciadas com base em legislação edilícia vigente até esta data, independentemente de sua condição de regularidade na data do protocolo do pedido.

Art. 4º Para fins de comprovação da condição de elegibilidade referida no artigo 3º deste decreto, poderão ser apresentados um ou mais dos seguintes documentos:

I – alvarás, autos ou certificados emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo;

II – auto de infração;

III – matrícula ou transcrição imobiliária do imóvel, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;

IV – convenção condominial registrada perante o Cartório de Registro de Imóveis;

V – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;

VI – foto aérea acompanhada de laudo devidamente assinado por responsável técnico ou levantamentos aerofotogramétricos oficiais;

VII – registro no Cadastro de Edificações do Município;

VIII – mandado de imissão na posse, expedido em ação judicial;

IX – decisão judicial reconhecendo o direito de usucapião, ainda não transitado em julgado, desde que acompanhada do respectivo laudo pericial contendo a descrição e a caracterização do imóvel.

Art. 5º Em atendimento ao disposto no artigo 13 da Lei nº

17.577, de 2021, caso o documento apresentado nos termos do artigo 4º deste decreto para a comprovação da elegibilidade não indique a área construída total da edificação a ser requalificada, poderá ser apresentado, alternativamente:

I – o respectivo Auto de Vistoria, Auto de Conclusão, Certificado de Conclusão, Auto de Regularização ou Cerificado de Regularização da edificação;

II – o histórico da edificação no Cadastro de Edificações do Município (CEDI), a ser emitido quando do protocolo do pedido de requalificação.

§ 1º São admitidas divergências na área construída total existentes em 23 de setembro de 1992, limitadas a 5% (cinco por cento), independentemente da conformidade ao coeficiente de aproveitamento máximo.

§ 2º As áreas irregulares na data do pedido de requalificação, quando não passíveis de serem incorporadas às áreas não computáveis admitidas pela Lei nº 17.577, de 2021, poderão ser regularizadas desde que atendido o disposto no artigo 36 da Lei nº 16.642, de 2017.

Art. 6º A edificação existente poderá utilizar do regramento específico trazido na Lei nº 17.577, de 2021, uma única vez, devendo eventuais intervenções subsequentes ser licenciadas como reforma, conforme previsto na Lei nº 16.642, de 2017 - Código de Obras e Edificações.

Art. 7º As intervenções a serem realizadas no âmbito da requalificação deverão atender as condições de segurança, salubridade, higiene e acessibilidade necessárias à instalação da subcategoria de uso pleiteada no pedido.

§ 1º As intervenções realizadas nas edificações não poderão agravar os itens relativos à segurança, salubridade, higiene e acessibilidade até então existentes.

§ 2º Desde que comprovada a impraticabilidade por laudo técnico e apresentada declaração pelo respectivo responsável técnico, poderão ser aceitas soluções que, por implicação de caráter estrutural, não atendam às disposições previstas no inciso V, do parágrafo único, do artigo 3º da Lei nº 16.642, de 2017, da Lei nº 16.050, de 2014, ou na Lei nº 16.402, de 2016.

Art. 8º Nos termos do artigo 5º da Lei nº 17.577, de 2021, na requalificação da edificação, as áreas acrescidas destinadas à acessibilidade e à melhoria das condições de segurança de uso, higiene e salubridade da edificação serão consideradas não computáveis para efeito de cálculo do coeficiente de aproveitamento e da taxa de ocupação constantes na legislação ordinária.

§ 1º Para as finalidades da Lei nº 17.577, de 2021, as intervenções decorrentes do “caput” deste artigo não serão consideradas como alteração de volumetria, embora possam configurar alteração da fachada externa da edificação para os fins de que trata o artigo 21 deste decreto.

§ 2º Desde que comprovada a impraticabilidade por laudo técnico e mediante declaração do respectivo responsável técnico a respeito da impossibilidade de atendimento internamente às edificações, as intervenções decorrentes do “caput” deste artigo poderão ocupar as faixas de recuo da edificação.

§ 3º Excepcionalmente, será possível implantar rampas ou outros dispositivos de acesso ao imóvel que avancem parcialmente sobre o passeio público, observadas as seguintes condições, as quais serão objeto de análise no curso do processo de aprovação de que trata este decreto:

I – comprovação por laudo técnico e apresentação de declaração pelo responsável técnico, relativamente à impossibilidade de implantação de rampas internas ou de outros dispositivos de acesso no interior do lote;

II – a existência de calçada com largura superior a 2m (dois metros) e o atendimento do regramento municipal de padronização de calçadas, conforme Decreto nº 59.671, de 7 de agosto de 2020, ou ato que vier a substituí-lo.

Art. 9º As áreas destinadas à instalação de usos não residenciais nos pavimentos térreo e cobertura do edifício requalificado serão consideradas não computáveis no âmbito do Programa Requalifica Centro.

Parágrafo único. Estão excluídos do incentivo previsto no “caput” deste artigo os usos enquadrados nos grupos de atividades relacionados a serviços de armazenamento e guarda de bens móveis e edifícios-garagem, além dos usos enquadrados nas subcategorias de uso Ind-1a, Ind-1b, Ind-2 e Ind-3.

Art. 10. Para os fins de que trata este decreto, será permitida a implantação de saliências e terraços e, observados os limites estabelecidos nas normas edilícias e garantida as condições de aeração, insolação e segurança dos usuários, a implantação de saliências e terraços não será considerada como alteração de volumetria, nem computada no cálculo da taxa de ocupação.

Art. 11. Não será exigido o pagamento de contrapartida financeira em caso de mudança de uso da edificação existente, no âmbito do Programa Requalifica Centro, devendo o novo uso ser permitido pela legislação vigente.

Art. 12. No âmbito do Programa Requalifica Centro serão admitidos, para o lote original que contém a edificação objeto de requalificação, os parâmetros de parcelamento e ocupação do solo existentes, mesmo que não conformes à legislação vigente, estando permitido o aumento de área construída internamente à edificação a requalificar, nos termos da Lei nº 17.577, de 2021.

§ 1º Para as áreas construídas originalmente existentes, declaradas na planta de situação atual, fica admitida a permuta entre áreas computáveis e não computáveis, em função do projeto de requalificação, mesmo que tal medida implique agravamento do coeficiente de aproveitamento original, não incidindo contrapartida financeira à outorga de potencial construtivo adicional para a eventual área computável acrescida em decorrência desta permuta.

§ 2º A possibilidade de acréscimo de área construída computável internamente ao edifício requalificado, adicionalmente às áreas de que trata o §1º deste artigo, está limitada ao atingimento do coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido pelo Quadro 3 da Lei nº 16.402, de 2016, ou por legislação específica, estando sujeita ao pagamento de contrapartida à outorga de potencial construtivo adicional.

§ 3º As áreas a serem construídas internamente ao edifício em decorrência do projeto de requalificação serão consideradas não computáveis quando destinadas à categoria de uso residencial ou à instalação de equipamentos de cultura, de promoção pública ou privada, e de equipamentos de educação e de saúde de promoção pública, independentemente dos parâmetros de ocupação preexistentes.

§ 4º As disposições do § 3º deste artigo aplicam-se exclusivamente às áreas construídas acrescidas internamente ao edifício em decorrência do projeto de requalificação, não incidindo sobre as áreas existentes.

§ 5º Os empreendimentos que fizerem uso da medida de que trata o § 3º deste artigo não poderão ser objeto de pedido de alvará de reforma com mudança de uso pelo período mínimo de 10 (dez) anos, a contar da emissão do Certificado de Conclusão da requalificação.

§ 6º A aplicação do disposto no “caput” deste artigo em lotes enquadrados como Zona Especial de Interesse Social -

ZEIS não desobriga do atendimento ao disposto na Seção IV do

Capítulo II e no Quadro 4 da Lei nº 16.050, de 2014.

Art. 13. Para a requalificação de que trata este decreto, aplica-se o limite de 59% (cinquenta e nove por cento) para a somatória das áreas construídas não computáveis de que trata o § 2º do artigo 62 da Lei nº 16.402, de 2016, nos exatos termos previstos nesse artigo.

Art. 14. O pedido de requalificação efetuado nos termos da Lei nº 17.577, de 2021, poderá prever a demolição parcial da edificação existente, desde que a área a ser demolida seja inferior a 20% (vinte por cento) da área construída total da edificação.

§ 1º A demolição de obra complementar, conforme definição do inciso XVIII do “caput” do artigo 3º da Lei nº 16.642, de 2017, não será computada para o cálculo do percentual a que se refere o “caput” deste artigo.

§ 2º No caso de reconstrução das áreas demolidas nos termos do “caput” deste artigo, poderão ser alcançados os parâmetros originais da edificação com dispensa da contrapartida financeira à outorga de potencial construtivo adicional.

§ 3º A demolição parcial que exceda o percentual previsto no “caput” deste artigo deverá ser licenciada como reforma, não se aplicando, nesse caso, o previsto no § 2º deste artigo.

Art. 15. Os pedidos de requalificação de edificação efetuados com base na Lei nº 17.577, de 2021, estão sujeitos, suplementarmente à legislação ordinária vigente, ao seguinte regramento:

I – dispensa do atendimento à fachada ativa, à doação de área para fins de alargamento da calçada, à fruição pública, à taxa de permeabilidade, à quota ambiental e à cota-parte máxima de terreno por unidade habitacional;

II – dispensa da oferta de vagas para estacionamento de veículos, exceto para os empreendimentos enquadrados como Polo Gerador de Tráfego, cujas exigências poderão ser fixadas mediante análise do órgão municipal de trânsito;

III – possibilidade de liberação da exigência de vaga para carga e descarga, mediante análise de órgão municipal de trânsito, para os casos não dispensados pelo Quadro 4A da Lei nº 16.402, de 2016, ou pela normatização vigente.

Parágrafo único. A análise da dispensa de liberação de vagas de que tratam os incisos II e III do “caput” deste artigo será realizada, de forma conjunta, na análise do pedido de aprovação, na forma do artigo 23 deste decreto.

Art. 16. Os pedidos de requalificação associados com reforma que impliquem aumento de área construída nos termos referidos no § 1º do artigo 3º da Lei nº 17.577, de 2021, atenderão aos seguintes regramentos específicos:

I – o aumento de área construída objeto da reforma está limitado aos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 16.402, de 2016, ou por legislação específica;

II – na hipótese de anexação de novo lote, fica garantido ao lote anexado os parâmetros estabelecidos na legislação vigente, independentemente da superação destes parâmetros pelo lote ocupado pela edificação a requalificar;

III – independentemente da anexação ou não de novo lote, a taxa de ocupação, a taxa de permeabilidade e os parâmetros dispostos no artigo 57 da Lei nº 16.402, de 2016, quando exigidos, serão calculados em função da área não ocupada do lote resultante, excluída a projeção da edificação existente objeto da requalificação;

IV – a quota ambiental é aplicável aos pedidos de reforma associada a requalificação com alteração de área construída superior a 20% (vinte por cento);

V – para fins de aplicação do artigo 112 da Lei nº 16.050, de 2014, será considerada a área construída computável acrescida em razão de pedido de reforma.

§ 1º Complementarmente às disposições deste artigo, as áreas oriundas de pedido de reforma, acrescidas à volumetria da edificação requalificada ou construídas em novo bloco, deverão atender integralmente ao disposto na Lei nº 16.050, de 2014, Lei 16.402, de 2016, e Lei nº 16.642, de 2017, vigentes.

§ 2º Nas hipóteses de não agravamento da taxa de ocupação em relação às condições urbanísticas originais ou de não agregação de novo lote, ficam estabelecidas as seguintes condições específicas:

I – não se aplica a exigência de quota ambiental para lotes com taxa de ocupação superior a 0,7 (sete décimos);

II – para lotes com taxa de ocupação inferior a 0,7 (sete décimos):

a) não se aplica a exigência prevista no art. 79 da Lei nº

16.402, de 2016;

b) o parâmetro de quota ambiental poderá ser atendido, alternativamente, mediante a oferta de indivíduos arbóreos para enriquecimento de espaços públicos do distrito em que a edificação se localiza, em número necessário ao atingimento da pontuação mínima prevista no Quadro 3A da Lei nº 16.402, de 2016, ou por meio de depósito do numerário correspondente ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA).

§ 3º Para fins de aplicação dos incisos I e II do § 2º deste artigo será considerada a atual situação do imóvel.

Art. 17. Em decorrência do previsto no artigo 10 da Lei nº 17.577, de 2021, as edificações que abriguem templos religiosos, a serem requalificadas com base nas regras e condições do Programa Requalifica Centro, ficam dispensadas das medidas de mitigação ou compensação em cumprimento da Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010, para empreendimentos de Polos Geradores de Tráfego – PGT.

Art. 18. Os imóveis classificados como Bens Imóveis Representativos em Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC-BIR) são passíveis da requalificação prevista na Lei nº 17.577, de 2021, podendo requisitar a aplicação do instrumento de Transferência do Direito de Construir nos termos da legislação ordinária.

Parágrafo único. Em decorrência do que dispõe o parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 17.577, de 2021, no âmbito da requalificação, o acréscimo de área construída não será descontado do potencial de Transferência do Direito de Construir constante das declarações do potencial construtivo expedidas nos termos da Lei nº 16.050, de 2014.

Art. 19. A requalificação nos termos da Lei nº 17.577, de 2021, dependerá de pedido específico, a ser formulado nos termos do previsto neste decreto e regulamentação por portaria da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL.

§ 1º Poderão ser formulados pedidos de:

I – alvarás de aprovação, alvarás de execução e alvarás de aprovação e execução de requalificação;

II – alvarás de aprovação, alvarás de execução e alvarás de aprovação e execução de requalificação associada à reforma, nas hipóteses que prevejam aumento de área construída para além da volumetria original ou demolição em percentual superior ao previsto no artigo 8º da Lei nº 17.577, de 2021.

§ 2º Fica vedada a aplicação das disposições da Lei nº 17.577, de 2021, em processos de aprovação de requalificação protocolados antes de sua vigência, mesmo que as respectivas edificações estejam inseridas no perímetro previsto no parágrafo único, do artigo 1º da citada lei, bem como em eventuais processos de alvarás modificativos que tenham como base aprovações realizadas nos termos da Lei nº 16.642, de 2017.

§ 3º As disposições do artigo 20 da Lei nº 17.577, de 2021, aplicam-se a projetos modificativos decorrentes de alvarás expedidos com base na citada lei.

Art. 20. Em decorrência do previsto nos § 2º do artigo 3º e no § 4º do artigo 7º da Lei nº 17.577, de 2021, deverão constar dos documentos expedidos, obrigatoriamente, ressalvas com as respectivas restrições.

Art. 21. Os pedidos de requalificação formulados com base na Lei nº 17.557, de 2021, relativos a edificações não tombadas situadas em área envoltória de bens tombados, ficam dispensadas da aprovação pelos órgãos de preservação do patrimônio, tanto pela Secretaria Municipal de Cultura, quanto pelo Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico de São Paulo – CONPRESP, desde que as intervenções sejam realizadas exclusivamente no interior das edificações ou não impliquem alterações:

I – nas fachadas externas;

II – nas coberturas das edificações;

III – na volumetria.

Parágrafo único. As Secretarias Municipais de Urbanismo e Licenciamento e de Cultura deverão adotar as medidas administrativas pertinentes para que a apreciação dos pedidos formulados no âmbito do Programa Requalifica Centro seja realizada por meio do Escritório Técnico de Gestão Compartilhada de que trata o inciso IX do artigo 313 da Lei nº 16.050, de 2014, nas hipóteses em que for necessária a apreciação pelos órgãos de preservação do patrimônio também em âmbito estadual e federal.

CAPÍTULO II

DO REGIME ESPECIAL DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Art. 22. Em atendimento ao previsto no artigo 21 da Lei nº

17.577, de 2021, e considerando as disposições constantes do Decreto nº 58.668, de 19 de março de 2019, fica instituído o

Regime Especial de Atendimento Prioritário - REAP para todos os processos administrativos relativos ao Programa Requalifica

Centro e à Lei nº 17.577, de 2021.

§ 1º O Regime Especial de Atendimento Prioritário – REAP conferirá aos processos administrativos relativos ao Programa Requalifica Centro tramitação prioritária perante órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, abrangendo todos os atos e manifestações de responsabilidade da Administração Pública Municipal, exceto os de natureza tributária, inclusive a análise, concessão e eventual ulterior fiscalização dos benefícios fiscais previstos.

§ 2º Os processos administrativos referidos no “caput” deste artigo receberão identificação própria e destacada que evidencie sua tramitação prioritária no âmbito municipal.

§ 3º Exceto mediante justificativa devidamente fundamentada, nos processos administrativos abrangidos pelo REAP, as providências a cargo dos órgãos ou entidades municipais deverão ser adotadas no prazo de até 30 (trinta) dias, salvo quando pendente ação ou diligência sob responsabilidade de terceiros, observado o previsto no parágrafo único do artigo 23 deste decreto.

Art. 23. Os pedidos de requalificação formulados com base na Lei nº 17.577, de 2021, poderão ser apreciados pelo procedimento Aprova Rápido de que trata o Decreto nº 58.955, de 20 de setembro de 2019, ressalvado o procedimento declaratório para os casos que se enquadrem no artigo 24 deste decreto.

Parágrafo único. O Regime Especial de Atendimento Prioritário – REAP a que se refere o artigo 22 deste decreto conferirá prioridade de tramitação aos pedidos de requalificação pelo procedimento Aprova Rápido, observados, contudo, os prazos procedimentais específicos previstos no Decreto nº 58.955, de 2019.

Art. 24. Os pedidos de requalificação de que trata a Lei nº

17.577, de 2021, poderão ser requeridos por meio de procedimento declaratório eletrônico, desde que não impliquem a:

I – modificação da área construída em mais de 20%;

II – alteração da fachada externa, da volumetria ou da respectiva cobertura;

III – dispensa de vagas de que tratam os incisos II e III do

“caput” do artigo 15 deste decreto;

IV – implantação de dispositivos na forma do inciso II do artigo 5º da Lei nº 17.557, de 2021, e do § 3º do artigo 8º deste decreto;

V – mudança de uso;

VI – requalificação que não envolva a integralidade da edificação, nos termos do § 2º do artigo 2º deste decreto.

Parágrafo único. Não poderão ser objeto de licenciamento por meio do procedimento declaratório, as seguintes edificações:

I – situadas em área de preservação permanente – APP;

II – que abriguem atividade considerada Polo Gerador de

Tráfego;

III – sujeitas a licenciamento ambiental;

IV – potencialmente contaminadas, suspeitas de contaminação ou contaminadas;

V– em situação de irregularidade, na data do pedido de requalificação;

VI – tombadas ou preservadas.

Art. 25. O procedimento de licenciamento declaratório será definido por meio de regulamentação por portaria da

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL e não poderá conter exigências além das taxativamente previstas neste decreto.

§ 1º A portaria referenciada no “caput” deste artigo deverá ser expedida no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto.

§ 2º O prazo máximo para a SMUL verificar a conformidade do procedimento declaratório apresentado pelo proponente deverá ser de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO III

DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 26. Os seguintes incentivos fiscais serão aplicados às edificações que se enquadrem no Programa, desde que voltadas à categoria de uso residencial, mesmo nas hipóteses em que a requalificação objetive a mudança de uso para tais subcategorias:

I – remissão dos créditos do Imposto Predial e Territorial

Urbano – IPTU para as edificações objeto da requalificação, observada, como termo final, a expedição do respectivo certificado de conclusão;

II – isenção do IPTU nos 3 (três) primeiros anos, ou no prazo de 10 (dez) anos, a depender da localização do imóvel, e observado o § 3º do artigo 16 da Lei nº 17.577, de 2021, a partir da emissão do respectivo certificado de conclusão em ambos os casos;

III – aplicação de alíquotas progressivas, em frações iguais, para o IPTU, pelo prazo de 5 (cinco) anos após a isenção de que trata o inciso II do “caput” deste artigo, até que se alcance, a partir do 6º ano, a alíquota integral prevista na legislação;

IV – redução para 2% (dois por cento) na alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS relativo aos serviços tomados integrantes do item 7 do artigo 1º da Lei nº 13.701, de 24 de setembro de 2003 – “Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres”, incidente sobre a requalificação para os imóveis situados na Área Central, observado o limite previsto no artigo 8º-A da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003;

V – isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis “Inter Vivos” – ITBI aplicável a imóveis que serão objeto de requalificação, mediante a apresentação do alvará de aprovação e de execução de requalificação ou alvará de aprovação e de execução de requalificação associada à reforma;

VI – isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da entrada em vigor da lei.

Art. 27. Para os projetos de requalificação apresentados para imóveis contidos no Triângulo SP, criado pela Lei nº 17.332, de 24 de março de 2020, e que sejam destinados para as atividades previstas na citada lei e atendam às demais exigências legais, poderão ser concedidos os seguintes incentivos fiscais:

I – isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da regulamentação da Lei nº 17.332, de 2020;

II – isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da regulamentação da Lei nº 17.332, de 2020;

III – alíquota máxima de 2% (dois por cento) do Imposto

Sobre Serviços de qualquer natureza – ISS, relativos aos serviços tomados integrantes do item 7 do artigo 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos da Lei nº 17.332, de 2020 e contados da regulamentação da mesma.

Art. 28. Observado o disposto no artigo 16 da Lei nº

17.577, de 2021, bem como os prazos decadenciais e prescricionais previstos na Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, a concessão dos incentivos descritos no artigo 26 deste decreto atenderá ao seguinte:

I – o incentivo fiscal de que trata o inciso I do artigo 26 aplica-se exclusivamente à edificação que será objeto de requalificação, não se aplicando a eventuais lotes anexados;

II – o incentivo fiscal de que trata o inciso II do artigo 26 alcança o imóvel requalificado como um todo, conforme previsto no respectivo certificado de conclusão, inclusive eventuais acréscimos de área realizados nos termos da lei;

III – para a aplicação do incentivo fiscal de que trata o inciso III do artigo 26, a alíquota do IPTU será calculada e aumentada progressivamente, conforme a situação do imóvel no

Cadastro Imobiliário Fiscal na data do fato gerador do tributo, em cada exercício.

Art. 29. O incentivo fiscal de que trata o inciso IV do artigo 26 não poderá resultar, direta ou indiretamente, na redução, em cada período de competência do ISS, da alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento).

Parágrafo único. Observados o artigo 74 da Lei n° 6.989, de 29 de dezembro de 1966, e o artigo 71 do Decreto nº 53.151, de 17 de maio de 2012, a apuração e emissão dos documentos fiscais pertinentes será mensal.

Art. 30. No que tange ao incentivo de que trata o inciso V do artigo 26, deverá ser implementado sistema de monitoramento da execução da qualificação, a partir da posterior expedição do respectivo certificado de conclusão, cujo desenvolvimento e gerenciamento ficará a cargo de SMUL.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda poderá solicitar documentos comprobatórios a outro órgão ou entidade da Administração Pública Municipal após a implementação do sistema de monitoramento da execução da qualificação.

Art. 31. Poderá a Secretaria Municipal da Fazenda fiscalizar, a qualquer momento, o cumprimento dos requisitos para a concessão dos incentivos fiscais, inclusive com o auxílio de outros órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O contribuinte deverá atualizar anualmente o cadastro com a evolução da obra.

§ 2º A fim de evitar a decadência, a Secretaria Municipal da Fazenda constituirá o crédito tributário com exigibilidade suspensa, através da lavratura de Auto de Infração e Intimação, nos casos de não apresentação do certificado de conclusão das obras de requalificação dentro do período de 3 (três) anos contados da data:

I – da emissão do Alvará ou outro documento que autorize o início das obras, no caso do ISS de que trata o inciso IV do artigo 26 deste decreto;

II – do instrumento público ou particular que promoveu a transação imobiliária, no caso do ITBI de que trata o inciso V do artigo 26 deste decreto.

§ 3º A efetiva comprovação e a comunicação, feita por órgão ou entidade da Municipalidade para a Secretaria Municipal da Fazenda, informando sobre a não conclusão da requalificação edilícia, levantará a suspensão do crédito tributário, tornando-o plenamente exigível.

§ 4º O incentivo de ITBI de que trata o inciso V do artigo 26 deste decreto será operacionalizado na seguinte conformidade:

I – Se a expedição do alvará de aprovação e de execução de requalificação ou alvará de aprovação e de execução de requalificação associada à reforma ocorrer previamente ao fato gerador do imposto, a unidade competente da Secretaria Municipal da Fazenda autorizará o registro da transmissão imobiliária sem o seu recolhimento e analisará o pedido de isenção, aplicando-se o disposto no § 2º deste artigo.

II – Se a expedição do alvará de aprovação e de execução de requalificação ou alvará de aprovação e de execução de requalificação associada à reforma ocorrer posteriormente ao fato gerador do imposto, o interessado deverá promover o seu recolhimento nos termos da legislação, e o pedido de isenção, se deferido, conceder-lhe-á o direito à restituição, observado o procedimento aplicável.

Art. 32. Não serão restituídas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições deste decreto, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 33. A Secretaria Municipal da Fazenda, dentro de suas atribuições, e conforme o § 6º do artigo 16 da Lei nº 17.577, de

2021, expedirá os atos normativos complementares necessários à implementação do disposto neste decreto, especialmente o requerimento dos incentivos fiscais previstos no artigo 26, que poderá ser efetuado através de sistema eletrônico de gestão de benefícios, observado o artigo 1º do Decreto nº 58.331, de 20 de julho de 2018.

CAPÍTULO IV

DO CHAMAMENTO PÚBLICO

PARA PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO

Art. 34. A Secretaria de Governo Municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, poderão publicar chamamento visando a identificar interessados na apresentação de projetos de requalificação de imóveis passíveis de enquadramento no Programa Requalifica Centro.

§ 1° O edital definirá a área de abrangência do chamamento público, respeitado o perímetro de que trata o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 17.577, de 2021.

§ 2° Identificado interesse público para tanto, poderá ser instruído processo administrativo para desapropriação da área dos projetos aprovados, com encaminhamento de proposta para a edição do respectivo decreto de utilidade pública.

Art. 35. A Secretaria de Governo Municipal e a Secretaria

Municipal de Urbanismo e Licenciamento, mediante portaria conjunta, poderão constituir Comissão “ad hoc” para realização do licenciamento dos projetos oriundos do chamamento público de que trata o artigo 34 deste decreto.

§ 1º A aprovação dos projetos por meio da Comissão implicará uma autorização unificada, abrangendo todas as competências de licenciamento no âmbito municipal.

§ 2º A portaria a que se refere o “caput” deste artigo fixará o procedimento para o licenciamento unificado, bem como definirá a composição e as atribuições a serem exercidas pela Comissão, respeitadas as competência legais dos órgãos que a comporão.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Os pedidos de requalificação formulados com base na Lei nº 17.577, de 2021, estão isentos da cobrança:

I – das Taxas para Exame e Verificação dos Pedidos de Documentos de Controle da Atividade Edilícia relacionadas com a requalificação, previstas no Anexo II da Lei nº 16.642, de 2017;

II – do preço público devido para o protocolamento do pedido de requalificação.

Parágrafo único. A pedido do interessado, o disposto no “caput” poderá ser estendido aos pedidos de cópias de plantas e demais documentos existentes em arquivos municipais necessários à elaboração do projeto de requalificação, quando solicitados pelo órgão responsável pela análise do pedido reformulado.

Art. 37. A Comissão de Edificações e Uso do Solo – CEUSO, órgão normativo e consultivo sobre a legislação de obras, de edificações, de parcelamento do solo, de acessibilidade e de segurança de uso das edificações e equipamentos, poderá ser consultada para análise e manifestação a respeito da aplicação da Lei nº 17.577, de 2021, nos casos de dúvidas atinentes aos aspectos referidos neste artigo.

Art. 38. As Secretarias Municipais de Urbanismo e Licenciamento e da Fazenda deverão instituir sistema de compartilhamento de informações e monitoramento voltado ao acompanhamento da concessão dos incentivos fiscais de que trata o artigo 16 da Lei nº 17.577, de 2021.

Art. 39. As Secretarias Municipais de Urbanismo e Licenciamento e da Habitação deverão adotar as medidas administrativas necessárias para a viabilização dos chamamentos públicos de que trata o artigo 17 da Lei nº 17.577, de 2021.

Art. 40. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 20 de maio de 2022, 469º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

MARCOS DUQUE GADELHO, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento

FABRICIO COBRA ARBEX, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 20 de maio de 2022.

**DECRETO Nº 61.313, DE 20 DE MAIO DE 2022**

Regulamenta a Lei nº 17.752, de 24 de janeiro de 2022, que instituiu o Fundo Municipal de Combate à Fome - FUMCAF.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º A Lei nº 17.752, de 24 de janeiro de 2022, que instituiu o Fundo Municipal de Combate à Fome - FUMCAF, fica regulamentada de acordo com as disposições deste decreto.

Art. 2º Constituem recursos do FUMCAF os estabelecidos no artigo 2º da Lei nº 17.752, de 2022, em especial:

I – dotações orçamentárias específicas voltada ao combate à fome e às políticas de segurança alimentar e nutricional;

II - doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, incluindo contribuições em dinheiro, valores e bens móveis e imóveis, de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, que venham a ser-lhe destinados;

III - contribuições de governos e organismos nacionais e internacionais;

IV - verbas decorrentes da apresentação de emendas parlamentares advindas de qualquer ente federativo que venham a ser-lhe destinados.

Art. 3º A gestão dos recursos do FUMCAF será feita pela

Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania, em conformidade com as regras aplicáveis ao orçamento e às finanças municipais.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania poderá instituir Comitê Gestor para auxiliar na definição e acompanhamento das políticas públicas a serem financiadas com os recursos do FUMCAF, vedada qualquer remuneração de seus membros pela participação no colegiado.

Art. 4º O FUMCAF constituirá unidade orçamentária da

Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania e movimentará os recursos previstos no artigo 2º deste decreto em conformidade com as regras aplicáveis aos recursos que lhe forem destinados.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 20 de maio de 2022, 469º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

SÔNIA FRANCINE GASPAR MARMO, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

FABRICIO COBRA ARBEX, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário do Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 20 de maio de 2022.

**DESPACHOS DO PREFEITO**

**6011.2022/0001436-1** - Em atenção à solicitação formulada por meio do ofício inicial (063789994) e considerando a manifestação da Assessoria Jurídica deste Gabinete a respeito (063812867), **DETERMINO**, à Secretaria Municipal de Cultura, a adoção das providências visando à expedição da competente AUTORIZAÇÃO ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 114, § 5º, da Lei Orgânica do Município e observadas as formalidades legais pertinentes, para utilização do Centro Cultural São Paulo, nos períodos compreendidos entre os dias 30/09/2022 a 03/10/2022 e 28/10/2022 a 31/10/2022, visando à realização de procedimento de auditoria do sistema eletrônico de votação, na forma estabelecida pela Resolução TSE nº 23.673/2021.

**6310.2022/0002634-9** - SECRETARIA MUNICIPAL DA

FAZENDA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO

PAULO – MARCIA REGINA UNGARETTE – RF 746.768.1 – Férias – **AUTORIZO** o usufruto de 10 (dez) dias de férias, a partir de 30/06/2022, referentes ao exercício de 2022, à senhora MARCIA REGINA UNGARETTE, RF 746.768.1, do cargo de Superintendente, símbolo SUP, do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme documento encartado sob nº 063171421.

**6310.2022/0002634-9** - SECRETARIA MUNICIPAL DA

FAZENDA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO

PAULO – MARCIA REGINA UNGARETTE, RF 746.768.1 – Férias – **AUTORIZO** o usufruto de 10 (dez) dias de férias, a partir de

20/06/2022, referentes ao exercício de 2020, à senhora MARCIA REGINA UNGARETTE, RF 746.768.1, do cargo de Superintendente, símbolo SUP, do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme documento encartado sob nº 063171421.

**SECRETARIAS**

**GOVERNO MUNICIPAL**

GABINETE DO SECRETÁRIO

**PORTARIA SGM 160, DE 20 DE MAIO DE 2022**

**PROCESSO SEI 6011.2021/0002416-0**

**ALTERA A COMPOSIÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO E ENTREGAS PRIORITÁRIAS DA**

**PREFEITURA DE SÃO PAULO, CRIADA PELA PORTARIA SGM-358, DE 5 DE OUTUBRO DE 2021.**

RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º, inciso III, do Decreto 42.060, de 29 de maio de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º, incisos IV, VI, VII, IX, X, XI, XIV,

XVI, XX, XXII, XXVII, XXIX, da Portaria SGM-465, de 30 de novembro de 2021, e designar para compor a Rede de Planejamento e Entregas Prioritárias da Prefeitura de São Paulo, criada pela Portaria SGM-358, de 5 de outubro de 2021, os seguintes representantes:

IV - Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias

Titular: Marcela Silveira Tullii - RF 847.666.7

Suplente: Fabio Mariano Espindola da Silva - RF 835.941.5

VI - Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas

Titular: Paulo Celso de Carvalho Morais - RF 695.259.3

Suplente: Helder Telles Stapait - RF 893.377.4

VII - Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos

Suplente: Douglas Gualberto Carneiro - RF 859.391.4

IX - Secretaria Executiva de Transportes e Mobilidade

Urbana

Titular: Luciana Durand Garda - Prontuário 1244485

Suplente: João Bonett Neto - RF 889.696.8

X - Secretaria Municipal da Fazenda

Titular: Danilo Hatsumura - RF 805.653.6

XI - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência

Suplente: Renata Belluzzo Borba - RF 779.759.1

XIV - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Suplente: Maíra Cavalcanti Rocha - RF 847.134.7

XVI - **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

Suplente: Gabriel de Souza Trovo - RF 889.703.4

XX - Secretaria Municipal de Habitação

Titular: Katia Silene Batista dos Santos - RF X030410

Suplente: Diego Xavier Leite - RF 835.905.9

XXII - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

Titular: Gabriela Santos Neves - RF 890.574.6

XXVII - Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

Titular: Joao Victor Santos Honorio - RF 891.510.5

Suplente: Pedro Martin Fernandes - RF 6025-9

XXIX - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - SP Regula

Titular: Roberto Chikusa - RF 890.754.4

Suplente: Marcelo Narvaes Fiadeiro - RF 888.248.7

XXX - Secretaria Especial de Limpeza Urbana

Titular: Márcia Cristina Volpati - RF 838.030.9

Suplente: Edson Marques Santos - RF 724.683.8

Art. 2º Cessar, em consequência, a designação dos senhores Fabio Mariano Espíndola da Silva, Maria Gabriela Rabelo de Oliveira, Waldir Agnello, Cristina Moreira da Silva Almeida, Patrick Rodrigues Andrade, Diego Xavier Leite, Maria Teresa Diniz, Eliane Ostrowski, Juliana Westmann Del Poente, Mariana Brito, Mariana Corrêa Barra, Lyzandra Machado Martins, Elisabete França, Jarbas Antonio de Biagi Junior, Maria Luiza Oliveira Gedeon, Valeria Cristina Rossin Guerra Peseto, Lucas Radesca Alvares Scaff e Luiz Gustavo Arcurio dos Reis, designados pela Portaria SGM-465, de 30 de novembro de 2021, para integrar a referida Rede de Planejamento e Entregas Prioritárias da Prefeitura de São Paulo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL, aos 20 de maio de 2022.

RUBENS RIZEK JR., Secretário de Governo Municipal.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI**

**DESPACHOS: LISTA 1144**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

ENDERECO: RUA LÍBERO BADARÓ, 425

Tendo em vista a contratação da empresa **Claro** S.A, para prestação do serviço de telefonia móvel pessoal (voz e dados), com a disponibilização de terminais móveis em regime de comodato (smartphones e SIM Cards), por meio do Contrato nº **40/FPETEC/2022 (063240425)**, e com fundamento no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, **DESIGNO** o servidor **JOÃO PEDRO DE SOUZA ALVES DE PAULA**, RF: **883.314.1** para fiscalizar e acompanhar a execução do presente Contrato e, como suplente, o servidor **FABIO FRANÇA COUTINHO**, RF: **883.148.3**.

**VILA MARIANA**

GABINETE DO SUBPREFEITO

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CADES-VM**

Data: 7 de abril de 2022 - Hora de início: 17h30 - Local:

Plataforma online Google Meet - Pauta: 1. Levantamento de Infraestrutura Verde na Subprefeitura da Vila Mariana: Projeto Piloto da aplicação do Guia Metodológico para Implantação de

Infraestrutura Verde do IPT - Instituto de Pesquisa Tecnológicas;

2. Situação da ampliação do Aeroporto de Congonhas; 3. GT

Áreas Verdes: Plantio Global 2022 e Corte Irregular de árvores do Projeto PPAC; 4. GT Patrimônio: Chácara das Jaboticabeiras

- Atualização; 5. Outros assuntos: 5.1. Mídias do CADES-VM;

5.2. Atualização Regimento Interno CADES-VM; 5.3. Criação do

GT Comunicação; 5.4. Formação Secretaria Executiva; 6. Informes: 6.1. Circuito das Árvores organizado pelo SESC Vila Mariana; 6.2. Horta da Saúde – homenagem e premiação - Cidadão

Agenda 2030; 6.3. Plano de Arborização Participativa Amigos

Novo Mundo Associados – PLAPANMA; 6.4. Projeto de Arborização Vila Nova Conceição (Associação dos MoradoresAMVNC); 6.5. Virada ODS; 6.6. Outros informes; 7. Pauta da próxima reunião; Encerramento. A Ata da Reunião Ordinária do dia 10 de março de 2022 foi aprovada pelos Conselheiros presentes, tendo sido dispensada sua leitura. 1. Levantamento de Infraestrutura Verde na Subprefeitura da Vila Mariana: Projeto Piloto da aplicação do Guia Metodológico para Implantação de

Infraestrutura Verde do IPT - Instituto de Pesquisa Tecnológicas.

Palestrantes: Ligia Pinheiro e Cyra Malta (Divisão de Estudos Ambientais e Planejamento Territorial - SVMA) Janaina Peruzzo e Braz Casagrande (Coordenação do Projeto de Extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FMU | FIAM-FAAM) As representantes da SVMA, Divisão de Estudos Ambientais e Planejamento Territorial (DEAPT), Lígia Pinheiro e Cyra Malta, apresentaram a proposta do projeto piloto a ser implementado a partir da Subprefeitura Vila Mariana que propõe o “Levantamento de Infraestrutura Verde na Subprefeitura Vila Mariana a partir da aplicação do Guia Metodológico para Implantação de Infraestrutura Verde do IPT -Instituto de Pesquisa Tecnológicas”.

A proposta visa atender a demanda do Orçamento Cidadão do

Programa Participe+, proposta aprovada nº503, que propõe a

Implantação de Infraestrutura Verde. O desenvolvimento do projeto piloto prevê a parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FMU-FIAM FAAM, localizada na Vila Mariana, através da participação de docentes e professores do Projeto de Extensão. Foi informado o apoio da Subprefeitura na disponibilização de informações e solicitado o apoio do CADES Regional no desenvolvimento do projeto. Os docentes Janaina Peruzzo e Braz Casagrande representaram o Projeto de Extensão e apresentaram alguns resultados de projetos já desenvolvidos para a Subprefeitura Vila Mariana. Estavam também presentes na reunião, alguns alunos que estão no grupo de desenvolvimento do projeto. Nina Orlow perguntou se teremos acesso ao inventário das praças mapeadas pelo projeto. Cyra acrescentou que se pode ampliar o leque de possibilidades, como sistematizar o mapeamento que já existe com um novo mapeamento colaborativo. Magda sublinhou a importância de a participação popular ser sustentável e questionou como os dados do projeto piloto serão disponibilizados para consulta da população. Sugeriu a possibilidade de ser um mapa interativo. Elisa indagou se os autores veem a possibilidade de validação do Guia Metodológico para Implantação de Infraestrutura Verde do Instituto de Pesquisa Tecnológicas – IPT” e questionou: “O cidadão pede, mas a prefeitura tem a capacidade de realizar?” A responsável respondeu que essa é a finalidade da pesquisa. Janaína enviou o link do guia do IPT: https://www.ipt.br/noticias\_interna.

php?id\_noticia=1630 e de um artigo sobre o assunto https:// revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/9825 2. Situação da ampliação do Aeroporto de Congonhas - Guilherme Canton, presidente da Associação Amigos do Novo Mundo Associados

(ANMA - Parque Novo Mundo), relatou que, junto com mais 7

Associações interessadas, Amigos do Novo Mundo Associados

(AMNA); Associação VIVA MOEMA; Sociedade dos Amigos de

Bairro da Vila Nova Jardim Cecy; Associação de Moradores da

Vila Mariana (AVM); Associação de Moradores do Jardim Lusitânia (SOJAL); AME Jardins; Sociedade Amigos da Cidade Jardim (SACJ), encaminhou ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma manifestação a respeito das preocupações da sociedade civil com os termos do processo de concessão da 7ª Rodada de Leilão de Aeroportos, que inclui o Aeroporto de Congonhas, para o qual prevê a ampliação dos voos em cerca de 40%. O documento requer primeiramente ao TCU, o questionamento aos órgãos competentes do Poder Público sobre a legalidade da realização do leilão para ampliação do fluxo de aeronaves e passageiros sem apresentação do devido EIA/RIMA, não atendimento ao Plano Municipal de Circulação Viária e de Transportes, falta de Licença Ambiental (CETESB) e inexistência de AVCB (Corpo de Bombeiros). Propõe que, antes de qualquer ampliação, sejam elaborados maiores estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para preservação da segurança e bem-estar dos passageiros, dos moradores do entorno e do meio ambiente urbano e natural. Propõe também a criação de um Comitê Deliberativo com a sociedade civil, a criação de um Fundo Financeiro de Mitigação para a circunvizinhança, a instalação de sensores permanentes para a aferição de ruídos em tempo real, entre outras medidas. Ao final da explanação, Marianne Branco, Conselheira do CADES Jabaquara, solicitou a Guilherme o compartilhamento das informações pois o mesmo assunto está na pauta da sua próxima reunião, dia 19/04. Nina Orlow pediu para que outros grupos se unam ao manifesto para conferir-lhe maior força. Carlo Corabi sugeriu aos manifestantes que também proponham a criação de um Fundo Securitário devido ao alto risco no perímetro. Também pediu que anotemos o procedimento de como fazer o encaminhamento de uma manifestação pública para nos orientarmos em situações análogas. Thomas Chow Wang sugeriu debater o assunto de geração de impacto urbano também em relação aos helicópteros na cidade e a Ananda Almeida (representante da SVMA no CADES VM) citou que a

SVMA também participa do Licenciamento de helipontos na cidade e se prontificou a trazer um funcionário da SVMA para explicar o processo em uma próxima reunião. Deixou um link de um exemplo de Licenciamento de Heliponto: https://www.prefeitura.sp.gov.br/ cidade/secretarias/meio\_ambiente/eia\_\_rimaeva/index.php?p=205115. Elisa falou sobre a necessidade de estudar uma forma de integração dos processos das Secretarias relacionados ao Meio Ambiente com os CADES Regionais para que se abram maiores possibilidades de real atuação da sociedade civil nesses processos. 3. GT Áreas Verdes. Plantio Global:

Sergio comemorou o sucesso do evento apesar de ter coincidido com outros eventos e haver previsão de chuva. O tempo ajudou e às 10:30hs já estavam as 100 mudas plantadas. Os participantes presentes no dia agradeceram o evento e a oportunidade de se reencontrarem após 2 anos sem o plantio. O evento promoveu fortalecimento dos CADES pois estiveram presentes Conselheiros de outros CADES Regionais. Questionou a Ananda Almeida sobre o Contrato de Manutenção do Plantio entre a SVMA e a Subprefeitura Sé. Ela disse que irá confirmar com a Andressa se já foi feita a renovação. Solicitou também da Bruna/Luís Felipe se há algum retorno da denúncia do corte de uma árvore da espécie açoita-cavalo, cortada irregularmente e que faz parte do PPAC. Citou ter apresentado fotos do ocorrido e comentou que o corte possa ter sido feito por um caminhão clandestino que já teve sua placa identificada fazendo o mesmo no bairro do Ipiranga. 4. GT Patrimônio - Chácara das Jaboticabeiras – atualização feita por Magda: 08/11/2021 - 743ª do CONPRESP - O Conselho manifestou-se FAVORAVELMENTE, e o processo de tombamento retornou para o DPH para análise nos termos do relato da conselheira Eneida do IAB para ser discutido em reunião do CONPRESP do dia 22/11/2021. 22/11/2021 -

744ª do CONPRESP - Duas propostas foram votadas: PROPOSTA

1 – formulada pelo DPH e PROPOSTA 2 – formulada pelo

SMUL?U. Decisão: Por maioria dos votos dos Conselheiros presentes, sendo 3 (três) votos Favoráveis a proposta 1 e 6 (seis) votos favoráveis a proposta 2, o Conselho manifestou?se: FAVORAVELMENTE a PROPOSTA Nº 2 ? Minuta de Resolução de

Tombamento da Chácara das Jaboticabeiras, sendo gerada a

RESOLUÇÃO 03/CONPRESP/2021. Após a reunião do CONPRESP em 22/11/21 que aprovou a proposta de Minuta de Tombamento apresentada pela SMUL-U, foi instaurado inquérito civil no

Ministério Público, solicitando suspensão da Resolução 03/21, em função da fragilidade dos termos em relação à quadra 35.

Foi concedida liminar, suspendendo a publicação da Resolução, especificamente em relação à quadra 35. O restante do território está protegido pelo tombamento. A CONSTRAC interpôs embargo que não foi acolhido pelo juiz, ficando mantida a liminar em primeiro grau. Na sequência esta decisão foi objeto de

Agravo de Instrumento interposto pela Prefeitura, e neste agravo a Prefeitura fez um pedido também de natureza liminar, em segundo grau, solicitando que a nossa liminar fosse desconsiderada. A relatora analisou este pedido de Agravo de Instrumento e negou, mantendo a liminar original, justificando que tem elementos sólidos na tutela do meio ambiente, modificando apenas um prazo concedido anteriormente ao Ministério Público para emendar esta ação cautelar feita pela AVM e transformá-la em uma ação civil pública com os pedidos que constaram no parecer do promotor. Mas, o mérito do recurso vai ser analisado, e a decisão pode mudar, não está transitada e julgado. A Vampré II interpôs Agravo de Instrumento também, e a desembargadora se manifestou da mesma forma, não suspendendo a liminar até exame do mérito. A advogada do coletivo está trabalhando para responder aos Agravos interpostos pela Prefeitura e Vampré II.

Carlo Corabi citou que a Cinemateca já é assunto resolvido com sua nova diretoria e que caminha sozinha. O novo assunto que deverá integrar esse GT Patrimônio é o Parque Modernista.

5. Outros Assuntos 5.1- Mídias do CADES-VM – o que há atualmente: Facebook: CADES Vila Mariana – Grupo público 459 membros: Adm. Elisa, Diego Blum, Lara, Magda, Sérgio e Victor Zacharias. Facebook: CADES Vila Mariana | ODS – grupo público – 308 membros: Adm. Diego Blum, Lara e Magda e Victor Zacharias. Facebook: Agenda 2030 Vila Mariana – grupo público - 903 membros: Adm. Juliana, Lara, Magda, Marcylia, Nina e Sérgio. Instagram: não tem. 5.2- Atualização do Regimento Interno CADES-VM. Magda sugeriu transferir a aprovação do Regimento Interno para a próxima reunião, a fim de que todos tenham tempo para analisar o regimento. 5.3. Criação do GT Comunicação - Lara Freitas lembrou que um GT tem que ser iniciado através de um “Plano de Trabalho” e ter na composição um Conselheiro Titular. Também acionou Bruna para reativar os releases sobre ações do CADES que devem ser documentadas pela assessoria de comunicação da Prefeitura. Citou a importância de os relatórios do CADES para a SVMA somarem pontos no programa Município Verde e Azul. Carlo Corabi reforçou a grande importância da comunicação para documentar à sociedade civil a evolução do CADES. Magda sugeriu marcar uma reunião com os que se mostraram interessados – Sergio, Carolina, Silvia e Célia, para discutir um modelo e alinhar a proposta e Lara completou: “acordo prévio de como um Conselho de Meio Ambiente e Cultura de Paz responde”. Nina comentou que isso deveria fazer parte das aulas de capacitação dos novos CADES e ser elaborado um modelo para aplicar em todos os CADES (ODS 16 na veia). Maria Helena citou que a página do CADES-VM no site da Subprefeitura é, sim, Institucional. As mídias do CADES não são Institucionais, mas podem servir de modelo para outros CADES. Bruna sugere introduzir o CADES-VM na página existente do Instagram da Subprefeitura Vila Mariana.

5.4 Formação da Secretaria Executiva - Maria Helena comentou que a secretaria já está formada, tendo a seguinte composição:

Coordenadora: Maria Helena S. Godoy, Coordenador Adjunto:

Sérgio Shigeeda, primeiro secretário: André Nakao e segunda secretária: Cintia Ema Padovan. 6.Informes. 6.1- Circuitos das Árvores organizado pelo SESC Vila Mariana. Elisa apresentou o propósito do Circuito das Árvores que é o de fortalecer as ações de Educação Ambiental e reconectar pessoas no envolvimento com o território. O projeto aconteceu graças à parceria com o SESC Vila Mariana. 6.1.1. 26/03 - Chácara das Jaboticabeiras (Elisa, Lara e Magda). 6.1.2. 27/03 - PPAC - Projeto Piloto de Arborização de Calçadas e Horta da Saúde (Carolina Hanashiro e Sérgio) 6.1.3. 24/04 - Praça Soichiro Honda (Carolina Hanashiro e Sérgio) 6.1.4. 26/03 - Corredor Verde para Polinizadores (Elisa, Lara e Magda) 6.2- Horta da Saúde – Mutirão na horta e homenagem com premiação ”Cidadão Agenda 2030”. Elza convida a todos a participar: Domingo, 10/04 das 9 às 13h - Rua Paracatú, 66 – Saúde. 6.3 - Plano de Arborização Participativa Amigos Novo Mundo Associados – PLAPANMA - Luciana deixou documentado o novo número do SEI: 6027.2022/0002680-4. Ananda informou que SVMA e SUB-VM agendaram reunião para o dia

12/04 para viabilizar este plano da PLANPANMA dividindo as tarefas entre os atores. 6.4. Projeto de Arborização Vila Nova

Conceição (Associação dos Moradores – AMVNC) – assunto já conversado. 6.5. Virada ODS – assunto já conversado. 6.6.

Outros informes: Cristina Abi Jabbour informou que está oficialmente na recém-inaugurada Coordenadoria de Agricultura da SMDET trabalhando com a Lia Palm, Coordenadora da área e se colocou à disposição do CADES. Voltou a trabalhar na aprovação do Plano de Desenvolvimento Rural. A Coordenadoria continua com as ações de assistência técnica nas áreas rurais e urbanas. Informou também que a ferramenta online Sampa+Rural foi incorporada à Coordenadoria, mas ainda em fase de internalização. Sampa+Rural é uma plataforma que reúne iniciativas de agricultura, turismo e alimentação saudável. Maria Helena perguntou à Cristina sobre a feira orgânica da Pça. Santíssimo Sacramento, se eles permanecerão no local ou terão que sair? Cristina dará um retorno. Elisa perguntou sobre a atualização da placa do programa “Sampa+Rural” para o novo nome da Praça da Compostagem, nomeada de Pablo Garcia Cantero. Cristina informará ao CADES sobre quando poderão fazer a troca e citou o fundo Pórticos do Projeto Ligue os Pontos. Nina perguntou sobre as 400 hortas no Plano de Meta:

“queremos saber onde serão”. Cristina falou sobre a reativação do Projeto do Programa Operação Trabalho - POT, programa de bolsas para atuação de pessoas em Hortas e Viveiros. Com as bolsas poderá ser garantida a permanência de pessoas no cultivo para gerar alimentos saudáveis à população. 7. Pauta da próxima Reunião. 7.1. Aprovação do Regimento Interno do CADES-VM 7.2. Criação do GT Comunicação. Encerramento da reunião – Foi encerrada a reunião às 20:30 h, com os devidos agradecimentos pela presença de todos. Próxima reunião 05/05/2022, às 17:30 h – Local: plataforma online Google Meet.

- PARTICIPANTES PRESENTES: Poder Público - Subprefeitura VM:

Maria Helena Sozzi de Godoy, Bruna Anielle Lopes de Oliveira – Secretarias: Ananda Almeida – SVMA, Cristina Abi Jabour

– **SMDET**. Representantes CADES-VM – Conselheiros da Sociedade Civil: Carlo Corabi, Carmen Maria Caldeira, Carolina de Lima Puccini, Carolina Hanashiro, Celia Wolff, Elisa Rocha, Elza Kusaka, Luciana Tenani, Magda Beretta, Melissa Pereira Liauw, Sergio Shigeeda, Sylvia Mielnik, Tania Sassioto, Thomas Chow Wang. Fórum Agenda 2030 VM: Nina Orlow, Welthon Santos.

Convidados: Braz Casagrande (Escritório Modelo Arquitetura e Urbanismo), Cyra Malta (SVMA), Janaina Peruzzo (Escritório Modelo Arquitetura Urbanismo), Ligia Pinheiro (SVMA), Guilherme Canton (ANMA). Participantes da Sociedade Civil: Lara Freitas (CADES Lapa), Beatriz Albuquerque, Bianca Pereira Zanluchi, Carlos Alberto de Oliveira, Carolina de Souza Moretti, Fernanda Bordin, Fernanda Souza, Luísa Catunda, Marcella Moncaio, Marianne Branco , Marlene Bicalho , Myckel Silva, Thainá Pereira, Vitória Freitas. Presidente: Luis Felipe Miyabara, Subprefeito Vila Mariana. André Nakao, 1º secretário CADES-VM. Cintia Ema Padovan, 2ª secretária CADES-VM.

Página 3 de 3

**PORTARIA Nº 049/SUB-VM/GAB/2022**

LUIS FELIPE MIYABARA, Subprefeito da Vila Mariana, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO a competência da Secretaria Municipal da Fazenda - SF, em conformidade com a legislação vigente, em preparar as instruções e o cronograma de trabalho para a elaboração dos projetos de leis orçamentárias municipais (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Munícipio) para o quadriênio 2022-2025;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Portaria SF nº

18/2021 em especial seus artigos 2º e 4º;

CONSIDERANDO alteração na Administração da Subprefeitura.

RESOLVE:

I - Alterar o Grupo de Planejamento - GP da Subprefeitura

Vila Mariana, a partir de 20/04/2022, responsável pela elaboração dos projetos de leis orçamentárias municipais, composto pelos seguintes membros:

Coordenador:

SIDNEY DORING GUERRA - RF nº 897.044.1 – E-MAIL:

sguerra@smsub.prefeitura.sp.gov.br

Suplente:

REJANE FLORENCIA DA SILVA – RF nº 549.808.2 – E-MAIL:

rflorencia@smsub.prefeitura.sp.gov.br

Membros:

JOSE ROBERTO CORREA - RF nº 695.141.5 - E-MAIL: jcorrea@smsub.prefeitura.sp.gov.br

LISLEY ARAÚJO SILVA - RF nº 787.810.9 - E-MAIL: lisleysilva@smsub.prefeitura.sp.gov.br

CLAUDIO AQUILES DE OLIVEIRA MANCUSI – RF nº

628.374.8 - E-MAIL: cmancusi@smsub.prefeitura.sp.gov.br

DÉBORA GRECCO DE OLIVEIRA PERAZZA – RF nº 823.406.0

- E-MAIL: deboragrecco@smsub.prefeitura.sp.gov.br

SILVANA RÉGIS FERNANDES PRATA – RF nº 634.478.0 - E-

-MAIL: srfernandes@smsub.prefeitura.sp.gov.br

KATIA MIDORI NAGAMINE ARAKAKI – RF nº 732.625.4 - E-

-MAIL: karakaki@smsub.prefeitura.sp.gov.br

ISABELLA AGHATA REIS AMARAL – RF nº 884.284.1 - E-

-MAIL: isabellaamaral@smsub.prefeitura.sp.gov.br

Responsável pela inserção dos dados no SOF:

MARIA HELENA MOREIRA CELLA - RF nº 557.751.9 –

E-MAIL: mariahcella@smsub.prefeitura.sp.gov.br - Login: d557751

Suplente:

PAULO ROBSON RIBEIRO TEIXEIRA - RF n° 816.648.0 – E-

-AIL: pteixeira@smsub.prefeitura.sp.gov.br – Login: d816640

Ordenador da despesa:

LUIS FELIPE MIYABARA - RF nº 807.417.8 - E-MAIL: luisfelipe@smsub.prefeitura.sp.gov.br

II - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 027/SUB-VM/GAB/2021.

**EDITAIS PAG. 68**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

 **ATA DE REUNIÃO - ELEIÇÃO COMUSAN-SP 2022-2024**

Aos 07 dias do mês de abril de 2022, na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), situada na Avernida São João, 473, 8º andar, Centro - São Paulo-SP, às 15h00 horas, foi iniciada a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo (COMUSAN-SP), conforme a publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, de sábado (12/03/2022), onde a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) comunicou e convocou todas(os) conselheiras(os) eleitas(os) e designadas(os), titulares e suplentes, para reunião de Eleição da nova Presidência.

A reunião de eleição teve o seguinte roteiro e atividades:

15h00 às 15h30: Foi realizado o Credenciamento de Candidaturas à Presidência e Assinatura da Lista de Presença;

Candidaturas à Presidência:

Tivemos 3 pessoas na candidatura à presidência do COMUSAN-SP, sendo elas:

Conselheira Lais Gonçalves Terto Viera, da Associação de Trabalho Educacional Esportivo e Recreativo e Cultural (ASSTERC);

Conselheira Vera Helena Lessa Vilela, do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SindiNutri-SP);

Conselheiro André Luzzi de Campos, do Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Lista de Presença - Poder Público - Conselheiros Titulares:

Secretaria do Governo Municipal - Eduardo dos Anjos

Barbosa

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - Lia Palm

Secretaria Municipal das Subprefeituras - Aurélio Costa de Oliveira

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - Maíra Cavalcanti Rocha

Secretaria Municipal da Saúde - Amanda Tonetto Gonzalez

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania -

Raíssa Monteiro Saré

Secretaria Municipal de Cultura - Fernanda Carvalho Costa

Secretaria Municipal de Habitação - Amanda Cortez

Secretaria Executiva de Gestão - MARTIM TASSINARI

AGUIAR

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - Camila de

Menezes Tavares

Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional - Camila Ozaki

Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura -

Celso Gomes Casa Grande

Lista de Presença - Poder Público - Conselheiros Suplentes:

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e

Trabalho - Maria Augusta Chaves

Secretaria Municipal das Subprefeituras - Jordana da Silva

Menon

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento

Social - Matheus Martinez Crepaldi

Secretaria Municipal de Educação - Amanda Bianchi Leonardo Rodrigues

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania -

Lucas Vinicius Molino Louveiro

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - Brigitte Baum

Secretaria Municipal de Cultura - Gustavo Zanollo Zardi

Secretaria Municipal de Habitação - Mariana Ferreira Melo dos Santos

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - Renata

Belluzzo Borba

Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional - Karina Larissa Palma Reis

Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura -

Celia Alas Rossi

Lista de Presença - Sociedade Civil - Conselheiros Titulares:

Clube de Mães do Jardim Vista Alegre - Edinalva Rosa dos

Santos Novais

Confederação das Mulheres do Brasil - Eliane de Fátima

Souza

Fórum de Sustentabilidade do Butantã - Solange Cavalcante da Silva Redolfi

Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - André Luzzi de Campos

ONG Banco de Alimentos - Luana Araújo

Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais REDE BUTANTA

- Maria Angelica Correia de Oliveira

Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Seccional

São Paulo - Leonardo A Guerra Ramos

SESC São Paulo - Denise Meira Gonçalves Vilas Boas

Associação Paulista dos Gestores Ambientais APGAM - Beatriz Sinelli Laham

Grupo de Estudos “GESTÃO AGROECOLOGICA E ALIMENTAÇÃO URBANA” - Dra. Marta Fabiano Sambiase

Instituto Kairós – Ética e Atuação Responsável - Regiane

Câmara Nigro

Ação da Cidadania São Paulo - Gilson Pereira Mendes

Associação de Trabalho Educacional Esportivo Recreativo e

Cultural - ASSTERC - Lais Gonçalves Terto Vieira

Associação Moradia do Arco Íris LGBT BRASIL - Givanildo

de Jesus Santos

WWF Brasil - Virginia Antonioli

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo -

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior

Conselho Regional de Nutricionistas a 3ª Região – SP/MS -

Rita Helena Bueno Pinheiro

Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo - SindNutri SP - Vera Helena Lessa Vilela

Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de São

Paulo - Anna Kaiser Mori

Associação Beneficente Educacional e Cultural Ilê Asé Yalodê Oyó - Maria Amelia Trindade Silva

Instituto Brasil a Gosto - Max Jaques

Organização Social Identidade Periférica - Wellington Sousa

Matos

RENAFRO - Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e

Saúde (Núcleo São Paulo) - Jair Cardoso Neto

Lista de Presença - Sociedade Civil - Conselheiros Suplentes:

Associação Migraflix - Jonathan Berezovsky

Associação da Hora Esporte Lazer Educativo Cultural - Eliane Nascimento dos Passos Neris

Associação da Comunidade do Jd. Tiro ao Pombo - Francisco Luciano de Lima

Associação do Bem Estar Social da Zona Norte – Rosangela de Oliveira Melo

MOSOBE - Movimento Social Beneficente - Emilson Almeida Silva

Associação de Moradores de Vila Carbone - Sandra Regina

Netto

Movimento Pelo Direito a Moradia - MDM - Dalva Maria de Oliveira

Associação Incubadora Social Gastromotiva - Diego Santos

Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana -

CROPH - Maria Angela Raimondo

Associação Paulista de Nutrição - Vânia Luzia Cabrera

Universidade São Judas Tadeu - Ana Paula Branco do

Nascimento

ALR Ferreira Desenvolvimento Humano - Gastronomia Periférica - Edson Camilo Leite

Missão Paz - Isabela Ferraz Davies

Associação União De Amigos Do Jardim São Francisco e

Rodolfo Pirani - Tania Maria Alba

Ao iniciar a sessão e composição da Mesa Diretora, o Conselheiro André Luzzi de Campos, do Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, retirou sua candidatura, deixando apenas as Conselheiras: Lais Gonçalves Terto Viera, da Associação de Trabalho Educacional Esportivo e

Recreativo e Cultural (ASSTERC) e Vera Helena Lessa Vilela, do

Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SindiNutri -SP), como canditadas ao cargo de Presidente do COMUSAN-SP 15h35 às 15h40: Fala do Presidente do COMUSAN-SP -

Claudio Carvalho

O Sr. Claudio Carvalho agradeceu todas as pessoas presentes, destacou o trabalho desenvolvido pela gestão de 2018 que deveria ter encerrado o mandato em 2020, mas considerando a pandemia da COVID-19 a gestão seguiu trabalhando até a conclusão do processo eleitoral iniciado em março de 2020 o qual teve sua posse em fevereiro/2022. 15h40 às 15h35: Fala do Secretário Armando Junior (SMDET)

O Sr. Armando Junior destacou o trabalho exercido pelo COMUSAN-SP ao longo dos últimos anos, reforça a parceria com a SMDET e o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional e agradeceu todas as pessoas presentes na reunião de eleição.

O Secretário Adjunto, Armando Junior, apresentou para todas as pessoas presentes o Sr. Aloisio Areias, Assessor Tecnico da SMDET, que será o Secretário Executivo do COMUSAN-SP durante a gestão de 2022 a 2024.

O Sr. Aloisio Areias se apresentou, contou sobre suas experiências de trabalho no setor público, além das experiências como conselheiro no CONSEA e CADES e declarou estar muito animado e disposto para colaborar junto ao COMUSAN-SP e representar a SMDET no apoio administrativo.

15h35 às 15h40: Apresentação da Dinâmica do Dia – Coordenadora da Sessão: Carina Beje

A Mesa Diretora foi composta pela Sra. Carina Beje, nomeada Presidente da Sessão pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho em 12 de março de 2022, conforme publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A mesma convidou o Sr. Claudio Carvalho, Presidente do COMUSAN-SP (2019/2021) entre para compor a mesa e apresentou a dinâmica da votação, bem como apresentou as demais pessoas que estavam colaborando para organização deste processo, são elas, Bettina Brasil e Susana Basualdo, representantes da Sociedade Civil que estavão como Conselheiras na gestão de 2018-2020 e participaram da Comissão Eleitoral para eleger a Sociedade Civil no COMUSAN-SP até março/2021. As representantes convidadas estavam acompanhando o poder publico em toda organização de lista de presença de conselheiros (as), planilha com nome da instituição e representante para ficar visivel que durante a votação todas as pessoas presentes puderam acompanhar em tempo real a contagem dos votos.

15h40 às 15h50: Tempo destinado para Apresentação dos

Candidatos (Presidência)

A Sra. Carina Beje, convidou as 2 Conselheiras Candidatas à presidência e indicou que cada 1 teria 5 minutos de apresentação, bem como apresentar propostas para todas as pessoas ali presentes, por ordem alfabética a Conselheira Lais Gonçalves Terto Viera, da Associação de Trabalho Educacional Esportivo e Recreativo e Cultural (ASSTERC) foi a primeira a fazer sua apresentação e na sequência a Conselheira Vera Helena Lessa Vilela, do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SindiNutri-SP) também se apresentou.

Após as apresentação o Sr. Claudio Carvalho convidou ambas as candidatas para permanecerem à mesa para acompanhar o processo eleitoral.

15h50 às 16h20: Chamada e Votação Aberta: Sociedade

Civil e Poder Público

A Sra. Carina Beje apresentou a dinâmica da reunião e como iria realizar o processo eleitoral, sendo apenas conselheiros (as) titulares membros(as) votantes, e na ausência do titular a pessoa conselheira suplente pode votar na candidata à presidência. Os votos foram manifestados de forma oral e a ordem da chamada foi de acordo com a distribuição dos seguimentos, sendo iniciada pela sociedade civil e posterior o poder publico, a Sra. Carina Beje fazia a chamada do nome da entidade e nome do representante conselheiro (a) e solicitou a manifestação oral do voto, para que as representantes da sociedade civil pudessem alimentar a planilha em tempo real, a qual segue:









Considerando a planilha de votações é possível identificar que a Conselheira Vera Helena Lessa Vilela, do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SindiNutri-SP), ganhou a votação por 28 votos e a Conselheira Lais Gonçalves Terto Viera, da Associação de Trabalho Educacional Esportivo e Recreativo e Cultural (ASSTERC) perdeu a votação com 12 votos.

A Sra. Carina Beje passou a palavra para Conselheira Vera Helena Lessa Vilela, do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SindiNutri-SP) fazer uma manifestação final a sua vitória no cargo de presidente eleita do COMUSAN-SP para o biênio 2022/2024, e na sequência a Conselheira Lais Gonçalves Terto Viera, da Associação de Trabalho Educacional Esportivo e Recreativo e Cultural (ASSTERC) também realizou alguns agradecimentos.

16h20 às 16h30: Agradecimentos - Comissão Eleitoral 2021

A Sra, Carina Beje convidou a Sra. Susana Basualdo para fazer agradecimentos e destacar o trabalho que a Comissão Eleitoral fez desde outubro/2020 a março/2021 com a eleição da sociedade civil. A Sra. Susana Basualdo fez agradecimentos, ressaltou a luta da segurança alimentar e da sociedade civil, fez um discurso de encerramento de ciclo, mas que mesmo sem ser conselheira segue apoiando o COMUSAN-SP nas atividades e reuniões.

16h30 às 16h35: Agradecimentos - Presidente e Comissão

Executiva 2018-2022

O Sra. Claudio Carvalho foi responsável por fazer os agradecimentos finais para todos(as) que contribuíram com o COMUSAN-SP nos últimos anos.

16h35 às 16h40: Palavras Iniciais - Nova Gestão (Presidente)

A Conselheira Vera Helena Lessa Vilela, do Sindicato dos

Nutricionistas do Estado de São Paulo (SindiNutri-SP) agradeceu todos os votos e fez um discurso de como pretende trabalhar à frente do COMUSAN-SP ao longo dos próximos 2 anos.

16h40 às 16h45: Encerramento da SMDET

O Secretário Adjunto, Armando Junior, parabenizou a Conselheira Vera Helena Lessa Vilela, do Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo (SindiNutri-SP) pela eleição e disponibilizou a SMDET para sediar as reuniões presenciais, além de todo apoio administrativo dado pelo Sr. Aloisio Areias como Secretário Executivo do COMUSAN-SP na gestão 2022/2024.

A Sra. Carina Beje encerrou a sessão e indicou que a ata será redigida e publicada no Diário Oficial, mas que essa gestão foi empossada pelo Sr. Prefeito Ricardo Nunes, em 10 de fevereiro de 2022, mediante a Portaria 181, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022, Processo SEI nº 6064.2020/0000760-3 e que essa gestão tem o mandato de 2 anos, 1 biênio (2022-2024), a serem contatos após a posse, nos termos do Decreto 55.867, de 23 de janeiro de 2015, alterado pelo Decreto 58.321, de 16 de julho de 2018.

Eu, Aloisio Areias, Secretário Executivo do COMUSAN-SP, redigi e conferi essa ata com o auxilio da Sra. Carina Beje, Presidente da Mesa Diretora, e encaminho a mesma para publicação.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**SUPERVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – FPTEC**

**PROCESSO Nº 8110.2022/0000249-9**

**RESUMO DO EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DA NOTA DE**

**EMPENHO FPETC Nº 289/2022**

**OBJETO**: Aquisição de equipamentos para a realização das aulas práticas dos módulos II e III do curso de Farmácia, ministrado na Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti. **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CULTURA,CNPJ Nº

**CONTRATADA**: ALPS LABOR ARTIGOS PRODUTOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ Nº41.950.966/0001-77.

**DO OBJETO DO CONTRATO**

Kit suporte Universal completo para laboratório (12 peças):

Base de aço carbono, tamanho 120 x 200 mm, revestida com epóxi eletrostático (mod. 022-2);

Haste de aço carbono zincado, Ø 9,53mm e 700 mm de comprimento (mod. 022-2);

Pinça para bureta com cabo e abertura 60 mm (mod. 111-A);

Pinça para bureta com mufa e abertura de 60 mm (mod. 112-A);

Pinça para condensador com garras oval e em prisma e cabo e abertura 60 mm (mod. 014); Pinça para condensador universal com 3 dedos e cabo e abertura 120mm (mod. 117); - 3 mufas duplas simples (mod. 019);

Jogo de anéis de aço carbono esmaltado com mufa, com Ø de 50, 70 e 100 mm (mod. 0205);

Garfo de aço carbono esmaltado com mufa (mod. 020-B);

Quantidades: 06 unidades

**DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor total da presente contratação é de R$2.823,96 (dois mil oitocentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos.

Para fazer frente às despesas da contratação, foi emitida a nota de empenho 289/2022, onerando a dotação orçamentária nº 80.10.12.363.3019.2881. 4.4.90.52.00 .00 do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

**DATA DA ASSINATURA: 11 de maio de 2022.**

**SUPERVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO – FPTEC**

**PROCESSO Nº 8110.2022/0000249-9**

**RESUMO DO EXTRATO DE CONTRATAÇÃO DA NOTA DE**

**EMPENHO FPETC Nº 288/2022**

**OBJETO**: Aquisição de equipamentos para a realização das aulas práticas dos módulos II e III do curso de Farmácia, ministrado na Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Professor Makiguti. **CONTRATANTE**: MUNICÍPIO

DE SÃO PAULO, por intermédio da FUNDAÇÃO PAULISTANA DE

EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E CULTURA,CNPJ Nº

**CONTRATADA**: HTECH ELEVADORES LTDA, CNPJ Nº44.230.872/0001-11.

**DO OBJETO DO CONTRATO**

Contratação de empresa para o fornecimento

Compressora (prensa) de comprimidos

Max. Pressão: 15Kn

Diâmetro mínimo do comprimido: 5 mm

Diâmetro máximo do comprimido: 10 mm

Espessura mínima do comprimido: 2 mm

Espessura máximo do comprimido: 6 mm

Produção hora: 1.200 / 2.400 comprimidos por hora.

Comprimento:62 cm

Largura: 28 cm

Altura: 35 cm

Peso: 26 kg

Quantidade: 01 unidade

**DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O valor total da presente contratação é de R$5.988,99

(cinco mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos).

Para fazer frente às despesas da contratação, foi emitida a nota de empenho 288/2022, onerando a dotação orçamentária nº 80.10.12.363.3019.2881. 4.4.90.52.00 .00 do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

**DATA DA ASSINATURA: 11 de maio de 2022.**

**Despacho Autorizatório**

SEI nº 8110.2022/0000206-5

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA.

ASSUNTO: Aquisição de placas do equipamento de ar condicionado, para garantir o total funcionamento do equipamento, para o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei e demais elementos constantes na Lei n° 13.278/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal n° 44.279/2003, bem como em parecer exarado dos presentes autos, em especial a manifestação da Assessoria Técnico-Jurídica desta Fundação (SEI 063551236) e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei Federal n° 8666/93, AUTORIZO a contratação direta, da empresa: JOHNSON CONTROLS-HITACHI AR CONDICIONADO DO BRASIL LTDA, detentora do uso exclusivo das marcas “HITACHI” e “YORK” no Brasil, no segmento de Ar Condicionado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.284.522/0006-26, para o fornecimento de placa eletrônica para resfriador de água tipo chiller (marca YORK) para manutenção do aparelho de ar condicionado do

Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, pelo valor total estimado de R$ 22.895,90 (vinte e dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e noventa centavos).

II – Em consequência, fica autorizada a emissão das respectiva nota de empenho, liquidação e pagamento, onerando a dotação 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.30.00.00, perfazendo o total de R$22.895,90 (vinte e dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e noventa centavos).

III – Fica indicado como fiscal o servidor Sr. Diego Freitas

Ribeiro - RF nº 847.279.3 e como Suplente: o Sr. Dario de Oliveira Moreira - RF nº 993.140.8.

**Despacho Autorizatório**

SEI 8110.2022/0000093-3

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Contratação de Instrutor de Gerência em Saúde

- RENATA BAZANTE RODRIGUES para o atuar no Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação.

I - À vista dos elementos contidos no presente, AUTORIZO a contratação de Instrutora de Gerência em Saúde – RENATA BAZANTE RODRIGUES, para atuação no âmbito do Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação na cidade de São Paulo, entre 21/05/2022 e 04/06/2022, onerando a dotação orçamentária 80.10.12.3 63.3019.2416.33903600.00 ou outra que vier a substituí-la, desde que haja previsão orçamentária para suportar a referida contratação.

**Despacho Autorizatório**

SEI Nº 8110.2022/0000095-0

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Contratação de Instrutor de Informática - VINICIUS OLIVEIRA DO NASCIMENTO DA SILVA para o atuar no Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação.

I - À vista dos elementos contidos no presente, AUTORIZO a contratação de Instrutor de Informática - VINICIUS OLIVEIRA

DO NASCIMENTO DA SILVA, para atuação no âmbito do Ensino

Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação na cidade de São Paulo, entre 21/05/2022 e 04/06/2022, onerando a dotação orçamentária 80.10.12.3 63.3019.2416.33903600.00 ou outra que vier a substituí-la, desde que haja previsão orçamentária para suportar a referida contratação.

**Despacho Autorizatório**

SEI 8110.2022/0000131-0

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Contratação de Instrutor de Marketing LEONARDO PERICOLA para atuar no Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação.

I - À vista dos elementos contidos no presente, AUTORIZO a contratação de Instrutor de Marketing LEONARDO PERICOLA, para atuação no âmbito do Ensino Profissional Técnico

Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação na cidade de São Paulo, entre 21/05/2022 e 04/06/2022, onerando a dotação orçamentária 80.10.12.3019.2416.33903600.00 ou outra que vier a substituí-la, desde que haja previsão orçamentária para suportar a referida contratação.

Despacho Autorizatório

**SEI 8110.2022/0000329-0**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Contratação de Instrutor ANDIARA MARIA FERREIRA para o atuar no Ensino Profissional Técnico Integrado ao

Ensino Médio da Rede Municipal de Educação. Inexigibilidade.

Possibilidade.

I - À vista dos elementos contidos no presente, AUTORIZO a contratação de Instrutor ANDIARA MARIA FERREIRA para atuação no âmbito do Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação na cidade de São Paulo, entre 21/05/2022 e 04/06/2022, onerando a dotação orçamentária 80.10.12.363.3019.2416.33903600.00 ou outra que vier a substituí la, desde que haja previsão orçamentária para suportar a referida contratação.

**Despacho Autorizatório**

SEI 8110.2022/0000450-5

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Contratação de Intérprete de Libras/Língua Portuguesa - OZEAS SOUZA SANTOS para o atuar no Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação. Inexigibilidade. Possibilidade.

I - À vista dos elementos contidos no presente, AUTORIZO a contratação de IIntérprete de Libras/Língua Portuguesa - OZEAS

SOUZA SANTOS, para atuação no âmbito do Ensino Profissional

Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação na cidade de São Paulo, entre 21/05/2022 e 04/06/2022, onerando a dotação orçamentária 80.10.12.363.3019.2416.33903600.00 ou outra que vier a substituí-la, desde que haja previsão orçamentária para suportar a referida contratação.

**Despacho Autorizatório**

SEI 8110.2022/0000451-3

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Contratação de Intérprete de Libras/Língua

Portuguesa - EDISON DE SOUSA TRINDADE JUNIOR para o atuar no Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação. Inexigibilidade. Possibilidade.

I - À vista dos elementos contidos no presente, AUTORIZO a contratação de Intérprete de Libras/Língua Portuguesa – EDISON DE SOUSA TRINDADE JUNIOR, para atuação no âmbito do Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação na cidade de São Paulo, entre 21/05/2022 e 04/06/2022, onerando a dotação orçamentária 80.10.12.3 63.3019.2416.33903600.00 ou outra que vier a substituí-la, desde que haja previsão orçamentária para suportar a referida contratação.

**Despacho Autorizatório**

SEI 8110.2022/0000458-0

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de cobertura do empenho para continuidade da contratação da Intérprete de Libras/ Língua Portuguesa - FABIANA GODOY para o atuar no Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação.

I - À vista dos elementos contidos no presente, AUTORIZO a contratação da Intérprete de Libras/Língua Portuguesa - FABIANA GODOY, para atuação no âmbito do Ensino Profissional Técnico Integrado ao Ensino Médio da Rede Municipal de Educação na cidade de São Paulo, entre 21/05/2022 e 04/06/2022, onerando a dotação orçamentária 80.10.12.363.3019.2416.33903600.00 ou outra que vier a substituí-la, desde que haja previsão orçamentária para suportar a referida contratação.

**LICITAÇÕES PAG. 88**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**EXTRATO DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**ELETRÔNICO**

Pregão Eletrônico nº : 15/FPETC/2022

Processo nº : 8110.2021/0000818-5

Objeto : Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Transporte Mediante Locação de Veículos com motorista, inclusa manutenção corretiva e preventiva, seguro contra sinistros, impostos e taxas, quilometragem livre e fornecimento de combustível a fim de atender as necessidades da Fundação

Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

Às 10:02:27 horas do dia 19 de Maio de 2022, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade Diego Antonio Cleto e respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio: Aymée Beatriz Vicente, Landro Brandi dos Santos e Marcos Aurélio Ramos da Silva, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 801085801002022OC00019. Inicialmente o Pregoeiro abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Resultado da Sessão Pública

Encerrada sem recurso

ITEM 1

Descrição: TRANSPORTE MEDIANTE LOCACAO DE VEICULOS - VOLUME 16 - AGRUPAMENTO DE PRECOS UNITARIOS PARA PREGAO ELETRONICO, SERVICO DE TRANSPORTE MEDIANTE LOCACAO DE VEICULOS - AGRUPAMENTO DE PRECOS UNITARIOS PARA PREGAO ELE, TRONICO

Quantidade / Unidade de Fornecimento: 1 / VIDE EDITAL

Menor Valor: 451.956,0000

CNPJ/CPF - Vencedor: 17927338000196 - AVANTY TRANSPORTES E LOCACOES - EIRELI

Propostas Entregues: 11

Desistência de Propostas: 0

Propostas Restantes: 11

Propostas Classificadas: 11

Resultado do Item: Adjudicado

Justificativa: ADJUDICO O ITEM OBJETO DESTE CERTAME

A EMPRESA AVANTY TRANSPORTES E LOCACOES - EIRELI PELO

VALOR DE R$ 451.956,00

A ATA COMPLETA ESTÁ DISPONIVEL NA PLATAFORMA BEC

<https://www.bec.sp.gov.br>